



Handwritten signatures in blue ink, including the name 'Noé' and other illegible signatures.

ATA N.º 100

18-08-2021

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a centésima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Frago Ramos. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial. -----

A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 17 DE AGOSTO DE 2021: € 662
769,76. -----

**1. CONSTANÇA MARIA ARSÉNIO RAPOSO BALTAZAR. APOIOS SOCIAIS –
ALIMENTAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 54/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Constança Maria Arsénio Raposo Baltazar. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

**2. MARIA DA CONCEIÇÃO CLÁUDIA XIMENES CARDEIRA. APOIOS SOCIAIS –
ALIMENTAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 55/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação, no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Maria da Conceição Cláudia

Ximenes Cardeira. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

3. MARIA DA CONCEIÇÃO CLÁUDIA XIMENES CARDEIRA. APOIOS SOCIAIS – GÁS. ----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 56/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uma botija de gás no valor de € 29,00, formulado pela Sr.ª Maria da Conceição Cláudia Ximenes Cardeira. -----

A Câmara por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com tomadas de posição idênticas sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

4. FRANCISCO DE ASSIS FITAS CORREIA. APOIOS SOCIAIS – AQUISIÇÃO DE FRIGORÍFICO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 60/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação

explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de um frigorífico, no valor de € 285,00, formulado pelo Sr. Francisco de Assis Fitas Correia. -----

A Câmara por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com tomadas de posição idênticas sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

5. MARIA CAROLINA TOUREGÃO FITAS. APOIOS SOCIAIS. ÓCULOS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 62/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para aquisição de uns óculos no valor de € 349,00, formulado pela Sr.ª Maria Carolina Touregão Fitas. -----

A Câmara por maioria, com os votos contra dos Vereadores do PS, em sintonia com tomadas de posição idênticas sobre esta matéria, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua*

prática, sob pena de anulabilidade”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

6. HENRIQUE MANUEL MIMOSO MACHADO. APOIOS SOCIAIS – INSCRIÇÃO EXTEMPORÂNEA. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 61/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto do munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiado no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) n.º 1 do art.º 2.º, nos números 1, 2 e 3 do art.º 3.º, em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e al) b) do n.º 4.º do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de inscrição nos apoios sociais apesar de extemporâneo, com efeitos a partir de 1 de agosto para todas as componentes solicitadas, formulado pelo Sr. Henrique Manuel Mimoso Machado. --- A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”,* deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

7. APOIOS SOCIAIS – CANCELAMENTO DE APOIOS ÀS MUNÍCIPES ADRIANA MARIA VLAD E MARIA ALICE CAIXEIRO REMECHIDO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 63/2021, do SASS, cujo teor se transcreve: -----
“Sou a informar que as munícipes, Sr.ª Adriana Maria Vlad e Sr.ª Maria Alice Caixeiro Remechido, rescindiram do apoio ao arrendamento, sendo que, a Sr.ª Adriana Vlad usufruiu do apoio ao arrendamento até maio de 2021, uma vez que, adquiriu habitação própria. -----
A Sr.ª Maria Remechido alterou a sua residência para outro concelho, deteve do mesmo até junho de 2021. -----
Estes apoios ao arrendamento foram deliberados a sua atribuição até dezembro de 2021.” -----

A Câmara, por unanimidade, nos termos da presente informação, deliberou cancelar os apoios às municipais em causa. -----

8. VANDA CRISTINA RATO MATA PINTOS - PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. --

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente, que autorizou a emissão de duas licenças especiais de ruído para a realização de um jogo de cultura geral "Dr. Why Portugal" no Parque Manuel de Castro, junto ao Bar do Coreto, nos dias 7 e 21 de agosto de 2021, no período compreendido entre as 21h00 e as 00h00. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

9. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO NA ENTRADA DAS PISCINAS MUNICIPAIS, PARA TODAS AS PESSOAS, NO DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE – DIA 12 DE AGOSTO. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 19/2021, do SACTPH, cujo teor se transcreve: "A Câmara Municipal de Cuba, a fim de assinalar o Dia da Juventude, vai organizar em parceria com Projeto Cuba (Con)Vida CLDS 4G, no dia 12 de agosto, nas Piscinas Municipais, uma série de iniciativas destinadas aos jovens. -----

De entre todas as iniciativas programadas para o dia em questão, está a entrada gratuita (isenção de pagamento) para todos os utentes que queiram entrar nas Piscinas. -----

Esta gratuidade restringe-se apenas ao dia 12 de agosto, dia em que se comemora o Dia Internacional da Juventude. -----

Como tal, proponho a isenção de pagamento a todas as pessoas (independentemente da idade) até ao limite permitido por lei de 250 (COVID-19). -----

De harmonia com o disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua redação atual *"Compete à câmara municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...)"*. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Naf" and "J.P.".

De igual modo, cabe à Câmara Municipal deliberar sobre a isenção e/ou redução de taxas e preços em 50%, conforme estatui o n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços, designadamente a sua alínea d) (*"As pessoas singulares (...) quando (...) seja reconhecido o interesse público municipal na concessão desse benefício"*). -----

Porém, atendendo ao facto de a iniciativa já ter lugar no próximo dia 12 de agosto de 2021 e uma vez que o órgão executivo só reúne dia 18/08/2021, poderá V. Ex.ª, Sr. Presidente, fazer uso da faculdade conferida pelo n.º 3 do art.º 35.º da supra indicada lei, e despachar favoravelmente, se assim o entender, o presente assunto, submetendo-a ratificação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária". -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprovou a proposta. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

10. REVISÃO N.º 3 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2021. -----

Foi presente à Câmara a Informação reg.º n.º 11580, dos Serviços Financeiros, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Enquadramento Legal: -----

Para efeito da execução orçamental do exercício de 2021 e porque a matéria em causa nos parece ser de importância, vimos trazer ao conhecimento de V. Exas os factos que a seguir se descrevem, solicitando a melhor tomada de decisão sobre os mesmos, no sentido de ser dado cumprimento ao estipulado no Dec. Lei nº 192/2015, de 11 de Setembro. -----

Modificações ao Orçamento -----

De acordo com o enumerado na alínea b) do nº1 do artigo 17 do Dec-Lei nº192/2015, o ponto 8.3.1 do POCAL, não foi revogado, pelo que se mantém as regras em SNC inerentes às modificações do orçamento iguais. Assim, no ponto 8.3.1 constam as diversas formas legalmente assumidas com vista à modificação deste documento, ou, seja, as revisões e as alterações. -----

As revisões orçamentais têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, salvo se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou a entrada em vigor da nova tabela de vencimentos, casos em que a modificação assume a forma de alteração orçamental. Na revisão ao orçamento podem ser utilizadas, para além das anteriormente referidas, as seguintes contrapartidas: o saldo apurado da gerência anterior, o excesso de cobrança em relação á totalidade das receitas previstas no orçamento ou outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar. -----

A inscrição de novas rubricas da despesa no orçamento, de novos projetos ou ações a nível das GOP'S resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, leva à necessidade da elaboração, apreciação e aprovação de uma revisão orçamental. -----

Os reforços de dotações da despesa resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações, consubstanciam-se em transferências inter-rubricas da despesa. -----

No que se refere à matéria de transferências inter-rubricas da despesa, mostra-se necessário explicitar determinados condicionantes: -----

- Dar cumprimento aos princípios orçamentais e regras previsionais adequados à matéria em causa; -----

- Destrinça e referência das transferências entre contas orçamentais, aceitáveis no âmbito das alterações, a ter em consideração: -----

Situação que se mostra pacífica, entre rúbricas da despesa corrente (origem) e as de capital (destino); -----

Situação limitada e de carácter excecional, na relação entre a conta de capital (origem) e as de natureza corrente (destino). -----

Face ao exposto, uma autarquia, desde que cumpra as regras previsionais e os princípios orçamentais estabelecidos, designadamente o princípio corrente, pode, através de uma alteração orçamental, reforçar dotações de despesa por diminuição ou anulação de outras dotações de despesa. -----

Assim, é pacífico, proceder ao reforço de dotações de capital por diminuições de dotações correntes, o que não é porém extensivo quanto ao reforço de dotações das despesas correntes pela diminuição das de capital, sempre que o princípio do equilíbrio orçamental de natureza corrente for por força dessa modificação violado, e que ocorre com esta modificação. -----

Respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, a anulação de verbas da despesa de capital para reforço da despesa corrente não é correta, não se revelando uma boa regra de gestão na medida em que se traduz num desinvestimento, contudo, poderá, em situação limite e devidamente justificada, ocorrer sem se verificar desinvestimento. É o caso de uma autarquia local que, a meio do exercício, se decida por executar um dado projeto, inicialmente previsto realizar por empreitada, por administração direta, o que não é o caso. -----

De acordo com a alínea b) do artigo único do decreto-lei nº84-A/2002, as previsões de valor superior de receita de fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizadas como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações. Existindo em projetos plurianuais, excesso de dotação para o ano em curso, o correto é efetuar reduções de orçamento, quer a nível da receita, quer a nível da despesa, o que não é o caso; -----

Nesta revisão foi dotada a rubrica da receita relativa a juros e reforçada a rubrica relacionada com a aprovação de 2 candidaturas (CEI +) aprovadas pelo IEFP. -----

Na revisão nº2, os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos. A nível do pessoal foram efetuados alguns ajustamentos. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações nos seguintes projetos: -----

01 111 2002 /1 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de 10 licenças Microsoft Office Business 2019;

02 244 2002/31-O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de equipamentos para o lago da mata (sistema de bombagem);

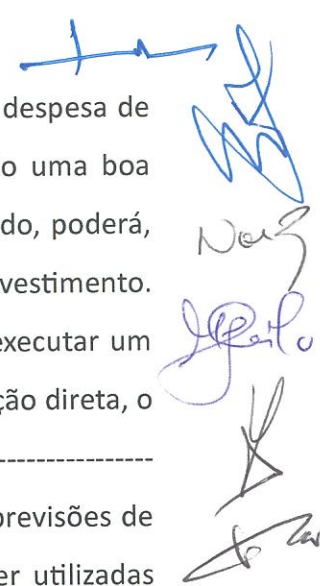
03 331 2002/60 ação 2 -O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com um procedimento de empreitada (mão de obra) para calcetamento da travessa do Carmo;

03 331 2002/64- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de sinalização;

03 331 2019/12 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face à despesa relacionada com trabalhos complementares do projeto em epígrafe;

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificações(reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2014/5013-O reforço ocorreu para fazer face à despesa com o procedimento de auditoria;



01 121 2002/5009 e 5010- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo;

01 121 2020/5008 ações 1e 7- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto ;

01 121 2020/5008 ação 14-nova ação , para fazer face a despesas de aluguer de um ar condicionado para o pavilhão de exposições (centro de vacinação COVID-19);

02 211 2007/5004 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face à aquisição de consumíveis para a CPCJ;

02 211 2004/5015 –O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo de 2021;

02 211 2010/5006- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionados com o protocolo;

02 212 2014/5004- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto;

02 232 2014/5002 ações 5 e 6- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto ;

02 232 2014/5014 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto (aprovação de 2 candidaturas CEI+) , renovação e nova candidatura de pessoas com deficiência e em mercado aberto;

02 232 2016/5007- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projeto Cuba +Jovem;

02 232 2020/5007 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a atividade;

02 244 2018/5001- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto;

02 245 2002/5028- O reforço ocorreu para fazer face novos compromissos relacionados com o projeto ;

02 251 2002/5035- O reforço ocorreu para fazer face a reforços de cabimentação relacionado com protocolos ;

02 251 2020/5011 ação 2- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto;

02 251 2021/5003- novo projeto, criado para fazer face a despesa relacionada com CD 's dos grupos corais ;

02 252 2002/5040 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionada com protocolos;

03 341 2002/5050 ações 2 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a novos compromissos relacionados com o projeto;

04 420 2002/5058 ações 1,2,3- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionada com os protocolos;

04 420 2002/5061 ação 1- O reforço ocorreu para fazer face a acertos de cabimentação relacionada com o projeto.

A Câmara, por maioria, com a abstenção dos vereadores do PS, deliberou aprovar a Revisão n.º 3 ao Orçamento e GOP's 2021 e remeter o assunto para apreciação por parte da Assembleia Municipal. -----

11. LISTA "CONSIGO, CUBA CONSEGUE". AUTÁRQUICAS 2021. COLOCAÇÃO DE 3 OUTDOOR (4X3) -----

Vem a Lista "Consigo, Cuba Consegue" informar que pretende colocar 1 outdoor (4X3) em cada rotunda assinalada em planta anexa num total de 3, todos com as mesmas dimensões. -----

Informa ainda que é também intenção colocar 3 mupis em local ainda a decidir, sendo provável que seja necessário ligá-lo a alguma estrutura exterior. -----

Para ambos os tipos de estrutura o prazo será até ao final do período eleitoral (Agosto e Setembro). -----

A Câmara, tomou conhecimento e entendeu deixar a seguinte informação: -----

"A afixação de mensagens de propaganda política em lugares ou espaços públicos, seja qual for o meio utilizado, é livre no sentido de não depender de obtenção de licença prévia por parte das autoridades administrativas. -----

Apenas estão sujeitas a licenciamento, nos termos gerais, obras de construção civil quando os suportes das mensagens ou das ações de propaganda possam ser considerados edificações." -----

12. PROJETO CUBA (CON)VIDA CLDS 4G. PEDIDO DE APOIO PARA REFEIÇÕES DOS PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 64/2021, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Rececionámos da parte do Projeto Cuba (Con)Vida um pedido de apoio tendo em vista a disponibilização de almoços para as 11 crianças e jovens, participantes no Campo de Férias *Cuba (Con)Vida*, durante o período de execução desta atividade. -----

O Projeto Cuba (Con)Vida CLDS 4G, dinamizado pela Terras Dentro, vai desenvolver, previsivelmente entre 2 de agosto e 3 de setembro, um Campo de Férias, que pretende dar resposta às famílias de 11 crianças ou jovens, residentes em Cuba, com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos, com vista a facilitar a dinâmica do campo, que funcionará entre as 09.30h e as 17.00h, bem como a proporcionar aos/às participantes a garantia de uma refeição equilibrada, uma vez que na sua maioria serão oriundos de famílias carenciadas. -----

Assim, dada a importância que reveste a iniciativa associada à necessidade de obtenção de uma refeição condigna por parte dos participantes, pode a Câmara, se assim o entender, considerar o pedido agora formalizado, fazendo uso do determinado no art.º 33.º da alínea u) da Lei n.º 75/2013 de 09-12, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, designadamente: -----

"u) Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou apoiar a iniciativa, assumindo os encargos com o fornecimento das refeições. -----

13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 2020. RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS. -----

Foram presentes à Câmara a versão final da Certificação Legal das Contas e do Parecer do ROC (Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda), documentos que se dão por integralmente reproduzidos ficando a fazer parte integrante desta Ata. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

14. PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 45/2021, do SAJAI, cujo teor se transcreve: *“Estatui o art.º 77º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que “O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de Contas”.* -----

Com o objetivo de escolher o revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Municipal para nomeação, foi aberto o procedimento de consulta prévia com convite a 3 entidades nº 11/21, cuja adjudicação será feita ao concorrente único admitido - Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, pelo preço de € 5.800,00+IVA. -----

Nesta conformidade, deve V. Exª, Sr. Presidente da Câmara, ao abrigo da competência própria em matéria de estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões, prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, remeter o presente assunto para que o órgão executivo, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, proponha à Assembleia Municipal a nomeação como auditor externo do Município a Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou propor à Assembleia Municipal a nomeação de Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, como auditor externo do município. -----

15. JOSÉ ANTÓNIO CAEIRO SANCHO. PROCESSO N.º 24/2021. ----- CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. BAIRRO NOVO DA BICA, LOTE 2, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 12 de Agosto de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

16. GILBERTO JOSÉ ROMÃO CAETANO. PROCESSO N.º 25/2021. ----- CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA MANUEL RUI AZINHAIS NABEIRO, LOTE 10, EM CUBA. -----

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 12 de Agosto de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

17. SHUFEN SUN. PROCESSO N.º 21/2021. CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM. RUA DA HORTA DO BICHO N.º 2, EM CUBA. -----

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a construção

de um armazém em zona de urbanização programada (UOP4), de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----

18. TÂNIA ISABEL FERREIRA CARVALHO. REAPRECIAÇÃO DE PROCESSO N.º 37/2016. RECONSTRUÇÃO DE MORADIA. RUA NOVA, N.º 28, FARO DO ALENTEJO. -----

Vem a requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

19. GIL CARAPUÇA MALTEZ BATISTA E CARLOS FILIPE LANÇA DAROEIRA. PROCESSO DE LOTEAMENTO 3/2021. ALTERAÇÃO DE ALVARÁ DE LOTEAMENTO 5/98 – LOTES 34 E 41. LOTEAMENTO URBANO DO FERRAGIAL DE SÃO PEDRO, EM CUBA. -----

Vêm os requerentes submeter a apreciação, a alteração do alvará de loteamento n.º 5/98, consagrando a modificação dos polígonos de implantação dos lotes n.ºs 34 e 41. A operação de loteamento já consolidada, situa-se em Zona de Expansão recente (ZER), de acordo com o Plano de Urbanização (PUC). -----

Da apreciação prévia do projeto agora apresentado, verifica-se que é preconizada a alteração dos polígonos de implantação das moradias, para os lotes em questão, mantendo-se contudo as áreas previstas no quadro sinóptico inicial, em matéria de implantação e construção máximos. O afastamento inicial das construções ao muro frontal era de 10.00m, sendo agora reduzido para 6.90 e 7.10m, de modo a rentabilizar a área posterior de logradouro. -----

Verifica-se o cumprimento do disposto no artigo 48.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, dado estar o pedido instruído com a anuência da maioria dos proprietários dos lotes constantes da operação. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do pedido. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação deliberou aprovar a alteração ao Loteamento. -----

**20. ALCAPREDIAL - INVESTIMENTOS E IMOBILIÁRIO, SA. PEDIDO DE LICENCIAMENTO
- OBRAS DE URBANIZAÇÃO - PP CUBA NORTE- PRÉDIO ARTIGO N.º 35-A CUBA. -----**

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto para execução das obras de urbanização da área sujeita ao Plano de Pormenor Cuba Norte, localizadas na EN 258-1, Pigarça, em Cuba; -----

Tendo ocorrido uma correção material ao Plano de Pormenor vigente, no quadro de áreas da Planta de Operações de Transformação Fundiária, conforme certidão camarária de 4 de Agosto de 2021, estamos em condições de submeter a aprovação, as obras de urbanização da referida operação; -----

Assim e para os efeitos do disposto nos artigos 53.º e 54.º do RJUE, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, fica estabelecida a caução, a que corresponde o valor constante dos orçamentos para execução das Obras de Urbanização- Fase 1, sendo que na Fase 2, será apresentada nova caução no momento em que se der início ao respetivo processo: -----

- . Instalação e Implantação – 11 250,00€
- . Demolições – 1 661,00 €
- . Trabalhos preliminares e movimento de terras – 9 312,50 €
- . Pavimentações – 39 718,10 €
- . Rede de Distribuição de Água – 20 487,65 €
- . Rede de Drenagem de Águas Residuais e Pluviais- 33 984,76 €
- . Infraestruturas de Eletricidade – 67 964,20 €
- . ITUR – 6 863,50 €
- . Rede de Gás – 5 225,59 €
- . Diversos – 250,00 €

TOTAL – 196 717,80 €

O VALOR TOTAL DA CAUÇÃO será de cento e noventa e seis mil, setecentos e dezassete euros e oitenta cêntimos. -----

Para efeitos de fixação da caução haverá que considerar o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, devendo a mesma ser prestada a favor da câmara municipal, mediante garantia bancária, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro-caução, devendo constar do próprio título que a mesma está sujeita a atualização nos termos do n.º 4 e se mantém válida até à receção definitiva das obras de urbanização. -----

Assim, de acordo com o exposto e para efeitos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), regulado atualmente pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro, propõe-se o deferimento do projeto de execução das obras de urbanização.

A Câmara, por unanimidade, com base na informação do Serviço de Urbanismo, deliberou fixar o valor da caução e aprovar o projeto de execução das obras de urbanização. -----

**21. ALCAPREDIAL - INVESTIMENTOS E IMOBILIÁRIO, SA. PEDIDO DE LICENCIAMENTO
- OBRAS DE EDIFICAÇÃO - PP CUBA NORTE- PRÉDIO ARTIGO N.º 35-A CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 17 de Agosto de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 6 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,25 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

